Del nº 4335 de 14.05.93 D.o.o. 0: po.115 de 20.05.93







## DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

			•		
DIG	ITALIZADO				
	Mar Roberton FUNCIONARIO	aboli		DATA <u>02</u>	04/03
PROJE	ETO DE LEI Nº(	) 92	13		
	  			*.	
ASSUN	to: Just itus da out		" "	ivala qu	u induo
	as our		$\sqrt{00000}$	<u>Unecous</u>	
	-		·	*	
· .					
VEREA	DOR Nefelta	Mun	ieipul-	Menger	u 005/93
LEI	N° +33°		J-4/05	5/03	•
DIOM	No 70 77	DE _	SO/0	5/93	
AROUN	vo 28.05	(さじ)			



Lei: 073351993 Projeto: 00921993 Autor: PREFEITO MUNICIPAL Assunto: GRATIFICACAO





LEI NO 7 3 3 5 DE 17 DE Mayo

DE 1993

Institui a Gratificação que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:,

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação Especial de Desempenho - GED.

\$ 10 - A gratificação criada por esta lei será de vida aos servidores ocupantes de cargos ou função de médico, enfermei ro, farmacéutico-bioquímico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista e odontólogo, integrantes dos Quadrosda Secretaria de Saúde do Município, do Instituto Dr. José Frota IJF, e do Instituto de Previdência do Município - IPM, bem como aos que, de outros Quadros, estejam cedidos ao Sistema Único Municipal de Saúde.

\$ 20 - A vantagem, ora instituída, será paga com recursos oriundos do SIA-SUS, sendo suplementados pelo Tesouro Municipal, na hipótese de insuficiência daqueles recursos.

sempenho - GED, os servidores indicados no § 1º do Art. 1º desta Lei, mesmo quando no exercício de funções administrativas de direção ou assessoramento, a nível central e nos Distritos Sanitários, nos percentuais a seguir indicados, calculados, sobre o respectivo vencimen to-base:

I - 35% (trinta e cinco por cento), aos que exercerem suas atividades em ambulatórios, enfermarias ou em unidades administrativas ou de assessoramento;

II - 55% (cinquenta e cinco por cento), aos servidores pertencentes ao Quadro da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, cedidos ao Sistema Único Municipal de Saúde, em regime de Plantão de 24 (vinte e quatro horas) semanais.



Art. 3º - O artigo lº da Lei nº 6.921, de 12 de julho de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - Fica instituída, para os ocupantes de cargos ou funções de médico, enfermeiro, farmacéutico, bioquímico, fisioterapeuta, assistente social, nutricionista e odontólogo, com lotação na Secretaria de Saúde do Município ou no Instituto Dr. José Frota, que efetivamente estejam submetidos ao regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais, a Gratificação de Plantão de 60% (sessenta por cento), a incidir sobre o respectivo vencimento-base".

\$ 10 - Os servidores pertencentes ao Quadro do Instituto Dr. José Frota, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais, junto à U.T.I, farão jús à gratificação aludida no caput do Art. 10 desta Lei, no percentual de 70% (setenta por cento).

§ 20 - Somente fará jús a gratificação de que trata este artigo o servidor que, nas condições referidas no seu caput, efetivamente exerçam suas atividades funcionais em unidades hospitalares integrantes da rede municipal ou municipalizada, geridas pela Secretaria de Saúde ou a ela vinculadas".

Art. 40 - Não perderá o direito de gratificação o ra instituída o servidor municipal que se afastar por licença médica, licença gestante, licença-prêmio ou gozo de férias.

Art. 50 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos seus efeitos financeiros, os quais retroagirão a 1º de março de 1993.

PALACIO DA CIDADE, EM 77 DE MONIO

DE 1993

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA - Prefeito Municipal -



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº O O 5

-1 -3

CÂMARA	MUNICIPAL	[ ] L					
PROTOCO		DL N.∘	FURTALEZA				
DATA:	1	14.5	313				
HORA:	10:30		1				
Funcionário							

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., e a seus dignos pares o incluso Projeto de Lei que institui a Gratifi-cação Especial de Desempenho - GED.

Ciente de nossa responsabilidade para com a saúde da população de Fortaleza, cuja preocupação, por certo, é também de V.Exa., e de todos quantos fazem essa Casa Legislativa, iniciamos por investir em recursos humanos, sem os quais nossos esforços serão inúteis.

Recentemente, o Governo do Estado concedeu aos profissionais de saúde de sua rede de referência, as vantagens ora apresentadas no referido projeto, excluindo, indevidamente, os servidores de seus quadros que estão a serviço do Município.

Para não inviabilizar o processo de municipal<u>i</u> zação da saúde, aumentando, ainda mais, o sofrimento de nosso povo, resolvemos assumir mais esse encargo, qual seja o de su plementar, por meio dessa gratificação, os vencimentos dos servidores estaduais que trabalham conosco, sem descuidar, tam bém de promover, pelo menos parcialmente, a isonomia de vencimento entre os responsáveis pelo atendimento médico à comunidade.

Por sua vez, vale salientar, essa gratificação que ora propomos, vigorará até 31 de dezembro de 1994, quando então deverá ter passado por uma avaliação, de sorte a sabermos se foi positiva em termos de produtividade e de melhoria no atendimento.

EXMO.SR.

DR. JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

N E S T A



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA GABINETE DO PREFEITO

De outra parte, ressaltamos, essa vantagem deverá ser paga com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS provenientes da própria atividade do favorecido, através do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA-SUS, vindo o Tesouro Municipal a suplementar seu pagamento, somente em caso de insuficiência dos recursos próprios do sistema.

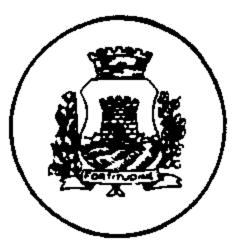
Pelas razões acima expostas, entendemos ser de vital importância para a saúde pública do Município de Fortaleza a aprovação do presente Projeto de Lei.

Esperando sua aprovação, reiteramos nossos protestos de elevado apreço de consideração

PALACIO DA CIDADE, aos 52 de alval de 1993.

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA

PREFEITO DE FORTALEZA



COMISSÕES CONJUNTAS DE SERVILLA COMO DESIGNO O VEREADOR HOITOR

TOLUL COMO RELATOR

EM: 20/04/93 John Mil Volta

### CÂMARA MUNICIPAL DE EOR

A Comissão de Finanças

193 Derojeto de lei nº 92

/93

APPOVADO EM 1º DISCUSSÃO Em. 2 1 100 3

Presidente

Comissão de Le

Institui a Gratificação que indica e dá outras providências.

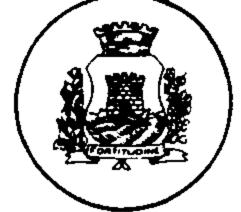
PRESIDENTE FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação Especial de Desempenho - GED.

- § 1º A gratificação criada por esta Lei será devida aos servidores ocupantes de cargos ou função de médico, enferme<u>i</u> ro, farmacéutico-bioquímico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacio nal, assistente social, nutricionista e odontólogo, integrantes dos Quadros da Secretaria de Saúde do Município, do Instituto Dr. José Frota IJF, e do Instituto de Previdência do Município-IPM, bem como aos que, de outros Quadros, estejam cedidos ao Sistema Único Municipal de Saúde.
- § 2º A vantagem, ora instituída, que vigorará até 31 de dezembro de 1994, será paga com recursos oriundos do SIA-SUS, sendo suplementados pelo Tesouro Municipal, na hipótese de insuficiência daqueles recursos.
- § 3º A Secretaria de Saúde do Município, o Instituto Dr. José Frota IJF e o Instituto de Previdência do Município IPM, deverão proceder, até 30 de novembro de 1994, a uma avaliação do desempenho dos profissionais beneficiados por esta Lei, aferindo seus efeitos quanto à melhoria do atendimento e ao aumento da produtividade, com vistas à continuidade de sua percepção.
- Art. 2º Farão jús à Gratificação Especial de Desem penho GED, os servidores indicados no § 1º do Art. 1º desta Lei, mesmo quando no exercício de funções administrativas de direção ou assessoramento, a nível central e nos Distritos Sanitários, nos percentuais a seguir indicados, calculados, sobre o respectivo vencimento-base:

APROVADO EM 2º DISCUSSÃO Em. 2019.

EXCERCIPATES



- I 35% (trinta e cinco por cento), aos que exercerem suas atividades em ambulatórios, enfermarias ou em unidades administrativas ou de assessoramento;
- II 55% (cinquenta e cinco por cento), aos servidores pertencentes ao Quadro da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, cedidos ao Sistema Único Municipal de Saúde, em regime de Plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais.

Art. 3º - O artigo 1º da Lei nº 6.921, de 12 de julho de 1991, passa a ter a seguinte redação:

- "Art. 1º Fica instituída, para os ocupantes de cargos ou funções de médico, enfermeiro, farmacéutico, bioquímico, fisio terapeuta, assistente social, nutricionista e odontológico, com lotação na Secretaria de Saúde do Município ou no Instituto Dr. José Frota, que efetivamente estejam submetidos ao regime de Plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais, a Gratificação de Plantão de 60% (sessenta por cento), a incindir sobre o respectivo vencimento-base,
- § 1º Os Servidores pertencentes ao Quadro do Instituto Dr. José Frota, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais, junto à U.T.I, farão jús à gratificação aludida no caput do Art. 1º desta Lei, no percentual de 70% (setenta por cento).
- § 2º Somente fará jús a gratificação de que trata es te artigo o servidor que, nas condições referidas no seu caput, efetivamente exerçam suas atividades funcionais em unidades hospitalares integrantes da rede municipal ou municipalizada, geridas pela Secretaria de Saúde ou a ela vinculadas.
- Art. 40 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos seus efeitos financeiros, os quais retroagirão a 1º de março de 1993.

PALÁCIO DA CIDADE, em

ANTÔNIO ELBANO CAMBRAIA

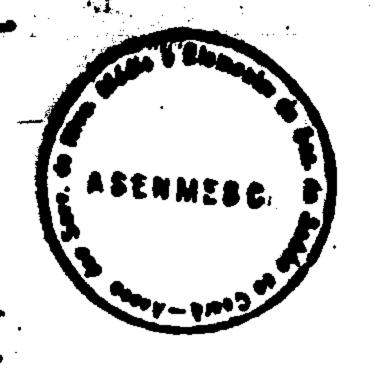
Prefeito Municipal

## ASENMESE

RUA PRINCESA SSABEL, SON - CENTRO PONE: 252-51.99 PORTALEZA - CE 252-25.8

FUNDADA EM: 05.06.86.

Fortaleza, 13 de Abril de 1.993.



OF. Nº 055/93.

Senhor Vereador,

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE EMENDA AO PROJETO DE LEI DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE BESEMPE NHO ... PERCENTUAL DE 35%. PARA OS SERVIDORES MUNICIPALIZADOS.

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO NÍVEL MÉDIO E ELEMENTAR da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará - ASENMESC., vem mui respeitosamente perante a V.Sa., na qualidade de legítima representante da sua categoria, especialmente solicitar o empenho e as ne cessárias providências no sentido de fazer constar uma EMENDA junto ao Projeto de Lei da Gratificação Especial de Desempenho no percentual de 35% para todos Servidores da área de Saúde, incluindo assim a essa matéria ora em estudo nessa, conceituada Corte Municipal de Fortaleza/CE., beneficiando todos Profissionais do MIVEL MÉDIO E ELEMENTAR já MUNICIPALIZADOS e a serviço da Prefishera Municipal de Fortaleza, uma vez que no bojo inicial da Lei não existe nenhum Artigo, Parágrafo, etc., em prol da Classe dos Servidores que tem proporcionado a continuidade de todas especialidades e do próprio Sistema Único de Saúde/SUS dentro da comunidade em geral de Fortaleza, para a Consolidação definitiva de todo o Sistema de Saúde do Estado.

Atenciosamente,

C. P. P. 057.364.963-66
APOIO ADMINISTRATIVO
1. SECHETARIO.

JOSE IVAN DE OLIVEIRA

ILMO(A) SR(A).

DR(A).

MD. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA/CE

#### ASENMESC

RUA PRINCESA ISABEL, 1216 - CENTRO PONE: 252-51.90

PORTALEZA - CE 252-25:89

FUREDADA EM: 05.06.86.

Fortaleza, 16 de Margo de 1.995.



or n. 052/93:

Sarinar Vereador.

<u>Assunto: Bolicitação de Providências P/CON a minicipalização de Fortaleza,</u>

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MÍVEL MEDIO E ELEMENTAR da Secretaria de Sande do Estado de Ceará - ASEMESC., ven com o devido e mais mecessário respeite perante a V.E.m., junto a Câmara Municipal de Pertalesa/CE., e demais componentes dessa Corte Máxima Municipal, especialmente para mag ter centates e solicitar providências imediatas para com a MANICIPALIZA - CÃO dos serviços da Sande de Pertalesa/CE., face aos permanentes transteg nos registrados no seio da Sande Municipal, ende os Servideres de Mível 'Médio e Elementar da Sande Estadual/MENICIPALIZADOS Tên sido discrimina - dos em todos níveis e áreas, pois se elos emercam as mesma atividades '' profissionais e cumprem com a mesma carga herária no plano desempenho das suas funções deveriam usufruir dos mesmos direitos e vantagens/benefícios recebidos pelos Servideres da Prefeitura Municipal de Fortalesa.

E en assim continuando, a MARCEMALIZAÇÃO jamis atingirá em plenitudo '
para se obter a consolidação necessária e semente a Commidade mais exregte é quem sofrerá as agruras de uma vida continua e miseravelmente parpég
rima, apesar de se saber dos vultuesos recursos financeiros destinados do
sus/sistema finico de Seúde para a melhoria dos serviços prestados (...) nos
mais necessitados de nosso País, etc.

Cientes de contarmos com a distinção sempre carinhoma por parte de V.Exa., extecipames nosses agradecimentes e nos eclocamos ao Vosse irrestrite apg io e dispor.

Atanalogemente.

C. P. P. 057.384.963-60
APOIO ADMINISTRATIVO
1 SECRETARIO

ILMO. SR.

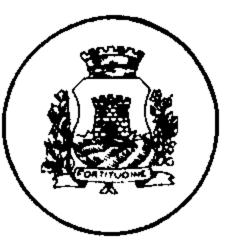
DR. ANTONIO AUGUSTO GONÇALVES .

MD. VERRIADOR DA CÂMARA MUNICIPAL

THE PROPERTY AND A CORP.

JOSE IVAN DE OLIVEIRA

Presidente



Emenda ao Projeto de Lei nº 92 /93

Emenda Supressiva: u. 04

PROVADO, 3

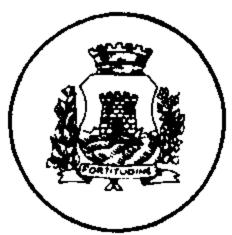
Suprima-se o § 3º do Art. 1º.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Fortaleza, aos 14 de abril de 1993.

Vereador: Heitor Férrer-PDT

IRAGUASSU THIKEIRA

Maria Rosa W. L. Moreira



PRESIDENTE

EMENDA Nº 0.5 /93 AO PROJETO DE LEI Nº 92/93

Inclua-se ounde couber:

instituída o servidor que se afastar por licença médica, licença gestante, licença prêmio ou gozo de férias.

Sala das Sessões da Cãmara Municipal de Fortaleza, em 15 de abril de 1993.

Vereador - Heitor Férrer

IRAGUASSU/MEIXEIRA

Maria Rosa IV. Legislativo



• •		
EMENDA Nº US /93		APROVADO
AO PROJETO DE LEI Nº 92	/93	1199
20	, , , ,	frest.
		PRESIDENTE
•	Parágrafo 2º do art. 1º pass redação:	sará a ter a seguinte
oriundos do SIA-SUS, set tese de insuficiência da	A Vantagem, ora instituída, sendo suplementados pelo Tesouro	
	Sala das Sessões das Comissõe	os Permanontos da Câ-
mara Municipal de Forta	leza, em 27 de abril/de 1993	es reimanences da ca-
	Heitor Ferrer  Iraquassa teixeira  Acidon Gondalves	Larie profession
	Adelmo Martins  Augusto Gonçalves  Magaly Marques  Mardônio Albuquerque	Mayer
	for the state of t	a Rosa M. L. Moreira DIR. DEPT. LEGISLATIVO



#### COMISSÃO DE LEGISLÇÃO E FINANÇAS

PARECER Nº <u>20</u> /93 AO PROJETO DE LEI Nº 92/93 "MENSAGEM 0005/93"

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Fortaleza, enviou à apreciação do Plenário desta Casa o apenso Projeto de Lei que "Institui a Gratificação Especial de Desempenho - GED-, o qual nos foi designada a sua relatoria".

O referido Projeto de Lei,com exeção do disposto dos § 2º e 3º do seu artigo 1º, contempla, razavelmente,os Servi dores Ocupantes de Cargos nas Categorias Profissionais nele elencadas, a tendendo a antiga e justa reivindicação.

O supracitado § 2º do art. 1º, estranhamente, limita o prazo de vigência do benefício do presente projeto de lei à data de 31 de dezembro de 1994, o que se constituinuma limitação arbitrária e desprovida de fundamentação lógica. Não vemos qualquer sentido no que prescreve o parágrafo terceiro que em face da pré-falada limitação prevê a data de 30 de novembro de 1994, portanto, um mês antes do pretendido término da vigência do benefício, uma avaliação do desempenho dos profissionais beneficiados por esta Lei visando a continuidade da gratificação objeto da mesma.

É deveras louvável a manifesta preocupação demonstrada pelo Legislador calcada nos princípios que regem a Administração Pública, todavia, a operacionalização de tal esdrúxula avaliação alcança as raias da imposibilidade tendo em vista a total inviabilidade de se avaliar, um por um, cada servidor no universo de inúmeros beneficiários da GED, por um período demasiado elástico como o ora previsto.

Entendemos que a comunidade fortalezense, beneficiária direta dos serviços prestados pelos profissionais municipais da saúde, poderá exercer o seu natural controle ao desempenho de tais



profissionais, por exemplo através dos meios de comunicação da imprensalocal uma forma de cobrança, inquestionavelmente eficaz.

Ainda no § 2º do artigo 1º do Presente Proje to de Lei é previsto que os recursos do pagamento da GED advirão do SIA-SUS podendo ser suplementados pelo Tesouro Municipal na hipótese na insuficiência desses recursos. Ora, é sobejamente sabido, a imprensa nacional diariamente noticia ea realidade social demonstra o caos e a quebra dos programas Federais de fomento a saúde pública.

Referida gratificação a depender do caixa do Tesouro Nacional estaria fadada a morrer em seu nascedouro, por isso so mente acreditamos na eficácia e no cumprimento da presente Lei, sendo a GED paga, exclusivamente pelo Tesouro Municipal, mesmo porque a título de ilustração, o pagamento da produtividade do SIA-SUS ao servidores municipais da saúde, se encontra em atrazo desde o mês de janeiro próximo passado e, por outro lado, a laboriosa categoria dos referidos profissionais em muito contribui para a receita do Tesouro Municipal por intermédio das milhares internações e atendimentos ambulatoriais mensais levados a efeito na rede hospitalar credenciada ao Sistema Único Municipal de Saúde.

Diante de todo o exposto somos pela total su pressãodos § 2º e 3º do artigo 1º do presente Projeto de Lei.

É o nosso PARECER.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em 26 de de de 1993.

Heiter Ferrer RELATOR

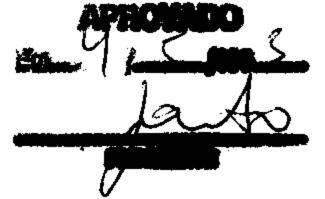
Agostmholoreura - contro o

PRESIDENTE



#### COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 92/93.



Institui a Gratificação que indica e dá outras providências.

#### A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação Especial de Desempenho - GED.

\$ 19 - A gratificação criada por esta lei será de vida aos servidores ocupantes de cargos ou função de médico, enfermei ro, farmacéutico-bioquímico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista e odontólogo, integrantes dos Qua drosda Secretaria de Saúde do Município, do Instituto Dr. José Frota IJF, e do Instituto de Previdência do Município - IPM, bem como aos que, de outros Quadros, estejam cedidos ao Sistema Único Municipal de Saúde.

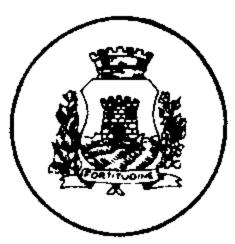
\$ 29 - A vantagem, ora instituída, será paga com

recursos oriundos do SIA-SUS, sendo suplementados pelo Tesouro Municipal, na hipótese de insuficiência daqueles recursos.

Art. 2º - Farão jús à Gratificação Especial de De sempenho - GED, os servidores indicados no § 1º do Art. 1º desta Lei, mesmo quando no exercício de funções administrativas de direção ou assessoramento, a nível central e nos Distritos Sanitários, nos percentuais a seguir indicados, calculados, sobre o respectivo vencimento-base:

I - 35% (trinta e cinco por cento), aos que exercerem suas atividades em ambulatórios, enfermarias ou em unidades ad ministrativas ou de assessoramento;

II - 55% (cinquenta e cinco por cento), aos servidores pertencentes ao Quadro da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, cedidos ao Sistema Único Municipal de Saúde, em regime de Plantão de 24 (vinte e quatro horas) semanais.



Art. 3º - O artigo lº da Lei nº 6.921, de 12 de julho de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída, para os ocupantes de cargos ou funções de médico, enfermeiro, farmacéutico, bioquímico, fisioterapeuta, assistente social, nutricionista e odontólogo, com lotação na Secretaria de Saúde do Município ou no Instituto Dr. José Frota, que efetivamente estejam submetidos ao regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais, a Gratificação de Plantão de 60% (sessenta por cento), a incidir sobre o respectivo vencimento-base".

§ 1º - Os servidores pertencentes ao Quadro do Instituto Dr. José Frota, em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas semanais, junto à U.T.I, farão jús à gratificação aludida no caput do Art. 1º desta Lei, no percentual de 70% (setenta por cento).

§ 2º - Somente fará jús a gratificação de que tra ta este artigo o servidor que, nas condições referidas no seu caput, efetivamente exerçam suas atividades funcionais em unidades hospitalares integrantes da rede municipal ou municipalizada, geridas pela Secretaria de Saúde ou a ela vinculadas".

Art. 49 - Não perderá o direito de gratificação o ra instituída o servidor municipal que se afastar por licença médica, licença gestante, licença-prêmio ou gozo de férias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos seus efeitos financeiros, os quais retroagirão a 1º de março de 1993.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em Ade Ade Ade de 1993.

PRESIDENTE

DL/EJS/93



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA	MUNICIO I	L DE	ATPC:	LEZA	
PROTOCO	LO	P. "	349	a v majaradiri	
DATA:	Je /	04	1 93		
HORA: _	15:30h	1			
	Stack	Belo	m		
	Funcion <b>ário</b>				

OFÍCIO NSO 0 9 4/93

Fortaleza (CE), 12 de abril de 1993.

CIENTE ARQUIVE-SE

Senhor Presidente,

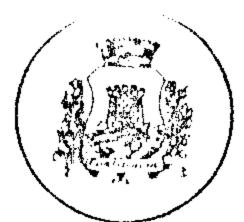
Em aditamento à Mensagem  $n^{o}$  0005/93, remetida a essa Augusta Casa, solicitamos substituir o Projeto de Lei, por ela encaminhado, pelo presente Projeto de Lei, que modifica o anterior, dando-lhe maior consistência e beneficiando a laboriosa classe dos profissionais de saúde, de quem sempre recebi as mais profundas demonstrações de compreensão e apoio.

Atenciosamente,

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA
PREFEITO DE FORTALEZA

Exmo. Sr.

VEREADOR JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA DD. Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA NESTA



Ofício Nº 1/33 /93

Fortaleza, 25 de maio de 1993.

Senhor Prefeitu:

Na conformidade do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal, tenho a satisfação de encaminhar a V.Exa., o presente autógrafo de lei aprovado por esta Câma ra, que "INSTITUI A GRATIFICAÇÃO QUE INDICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Cordialmente,

Vereador José Sarto

Presidente

/ Exmo. Sr.

Dr. ANTONIO ELBANO CAMBRAIA

DD: Prefeito Municipal de Fortaleza

Nesta